



MOÇÃO DE APOIO Nº 002/2011

“Moção de Apoio aos Delegados de Polícia do RS que reivindicam equivalência salarial aos Procuradores do Estado”.

Os Vereadores que a esta subscrevem, observadas as disposições regimentais, vêm requerer que após submetido à apreciação e deliberação do Plenário desta Casa Legislativa se encaminhe a presente Moção, como segue:

Atualmente um Delegado de Polícia percebe como remuneração menos da metade do que um Procurador do Estado e mesmo com todas as promoções e vantagens após 35 anos de serviço, um Delegado ganha menos do que um Procurador do Estado recém nomeado, situação considerada inadmissível pela classe.

O Governo do Estado fez uma nova oferta à categoria: pagar de forma integral em janeiro e reajuste de 10 % que seria parcelado e antecipar de junho para abril de 2012 as discussões sobre a política salarial. Segundo cálculos do Governo, a equiparação entre Delegados e Procuradores teria um impacto anual de R\$ 100 milhões aos cofres públicos. No entanto, os Delegados decidiram rejeitar a proposta de reajuste salarial oferecida pelo Governo.

Os Delegados aceitam as ponderações do Governo quanto a dificuldades do erário para o atendimento imediato da reivindicação da categoria, mesmo estranhando que a mesma dificuldade do Tesouro não se tenha verificado quando, recentemente, o Governo corrigiu a remuneração dos Procuradores do Estado, aumentando ainda mais o fosso remuneratório entre as duas categorias, em que pesem os reiterados pedidos de realinhamento encaminhados pela ASDEP. Contudo, solicitam o reconhecimento formal do direito ao realinhamento com as demais carreiras jurídicas, através de projeto de lei concedendo os reajustes necessários, ainda que de forma parcelada, para que aquele direito se concretize.

Ademais, uma série de medidas, dentro da legalidade, serão tomadas pelos delegados até que se dê o atendimento da reivindicação da categoria, como por exemplo: não serão aceitos convites para ministrar aulas e coordenar disciplinas nos cursos de formação da Acadepol; não participação das Operações Verão, Serra e Fronteira; suspenderão as operações que vem sendo feitas e que geram a chamada “agenda positiva” para o Governo; colocarão os cargos de confiança a disposição, deixando de exercer a função de diretor de departamento ou divisão, delegado regional de polícia ou



junto a Secretaria de Segurança Pública; não excederão a carga horária legal (40 horas semanais), gozando as folgas necessárias toda vez que houver convocação para trabalho extraordinário, como sobreavisos e escalas de plantão, entre outras que se mostrarem necessárias.

Por tudo isso, buscando incentivo para um trabalho ainda mais qualificado e reconhecimento ao trabalho prestado, necessário se faz o realinhamento remuneratório dos Delegados de Polícia com os Procuradores do Estado e a Câmara de Vereadores de Arvorezinha **APÓIA a reivindicação dos Delegados de Polícia**. Solicitamos ainda, que a Presidência desta Casa Legislativa envie esta Moção de Apoio ao Governador do Estado, Chefe da Casa Civil, Secretário de Segurança do Estado, Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul – ASDEP e ao Delegado de Polícia de Arvorezinha

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2011.

LUIZ PAULO FONTANA
Vereador Presidente

MARILDO C. GUERINI
Vereador

VILSON C. CICHELERO
Vereador

LEONES LUIZ ULTRAMARI
Vereador

CLEBER SCHUSTER
Vereador

ADILSON BORGES DA SILVA
Vereador

RENI GUERINI MAIA
Vereador

NESTOR POMPERMAIER
Vereador

ADRIANO GUARNIERI
Vereador